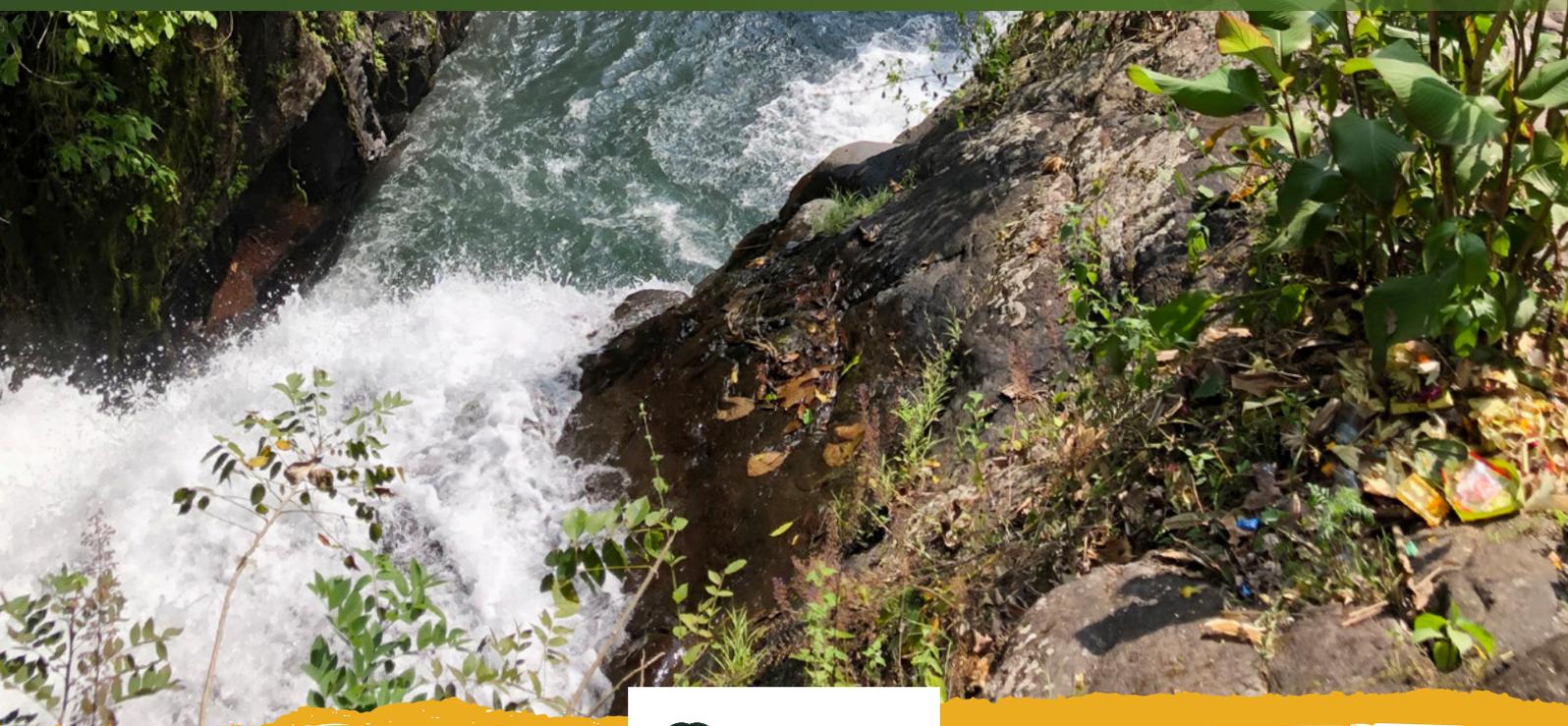


A REGULAMENTAÇÃO DO FINANCIAMENTO PARA A BIODIVERSIDADE

Uma análise para o Marco Global da Biodiversidade (GBF)



Resumo executivo

Os fluxos financeiros públicos e privados que contribuem diretamente para a perda global da natureza foram estimados em 7 trilhões de dólares em 2023, enquanto apenas 200 bilhões de dólares foram gastos na conservação ou restauração da biodiversidade¹. A introdução de regulamentações que eliminem os fluxos financeiros que impulsionam o desmatamento e as violações de direitos humanos associadas deve ser uma condição indispensável para intervenções de conservação bem-sucedidas.

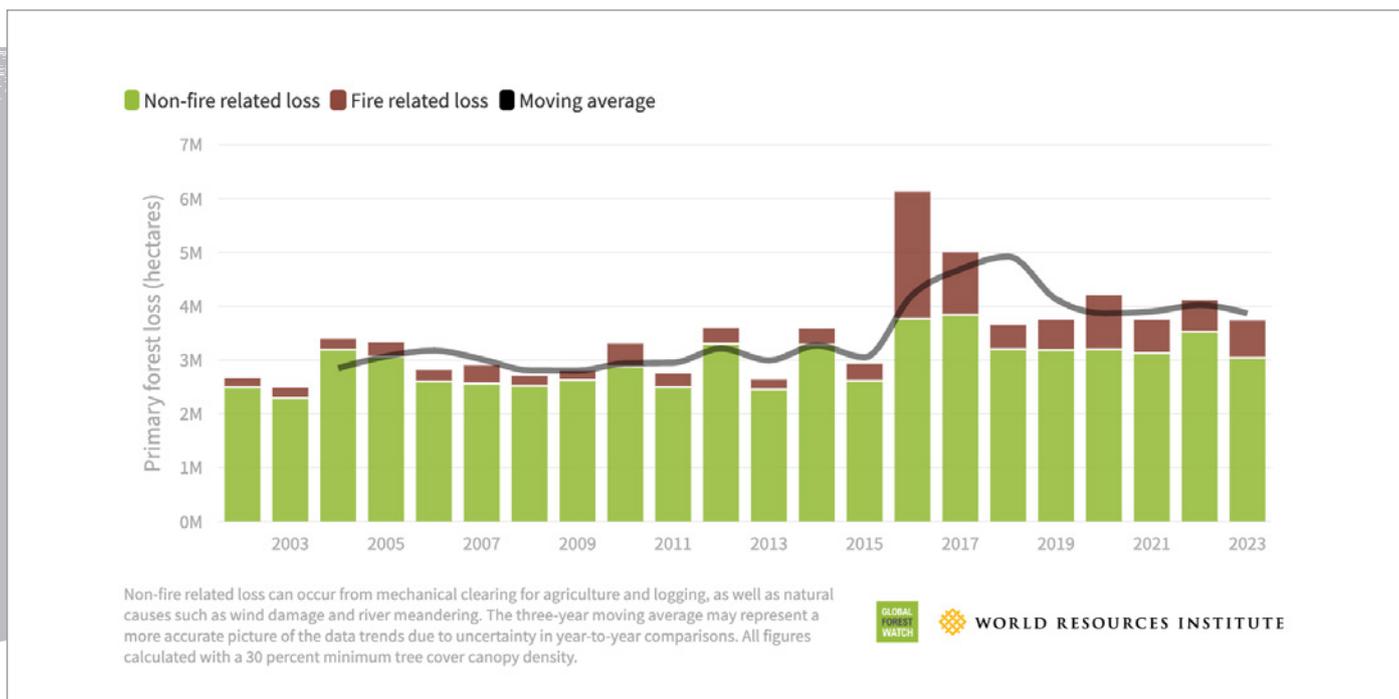
Uma nova pesquisa da Coalizão Florestas & Finanças examina a adequação das regulamentações do setor financeiro em cinco países e regiões – Indonésia, Brasil, China, União Europeia e Estados Unidos – em relação às salvaguardas para a proteção da biodiversidade, concentrando-se nas florestas tropicais. Essas regiões são algumas das principais fontes de financiamentos e investimentos que impulsionam a perda de biodiversidade tropical e as violações de direitos, conforme mapeado no relatório "*Financiando o colapso da biodiversidade*" (*Banking on Biodiversity Collapse*).²

O Marco Global da Biodiversidade (Global Biodiversity Framework, GBF) é um acordo histórico celebrado na Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade em 2022, assinado por 196 países. O GBF visa reverter a perda de biodiversidade e restaurar a natureza, conforme definido por 4 metas para 2050 e 23 metas para 2030. Este relatório avalia os pontos fortes e as lacunas nas regulamentações atuais do setor financeiro em 5 jurisdições, em relação a um conjunto de metas do GBF 2030, com foco no desmatamento tropical facilitado pelo setor financeiro.

O relatório conclui que, apesar de haver alguns sinais de reforma positiva do setor financeiro em algumas regiões, as regulamentações são, em geral, inadequadas para impedir que o setor financeiro apoie a extração exploratória de recursos das florestas tropicais. O relatório recomenda a adoção urgente de regulamentações robustas para o setor financeiro, orientadas para resultados, bem como regimes de sanções claros em caso de não conformidade.

Embora não sejam abordados diretamente neste relatório, os incentivos econômicos subjacentes, que consolidam a economia extrativista global, também devem ser abordados.³ Entre as principais questões estão o pagamento de dívidas soberanas insustentáveis, as condicionalidades econômicas associadas às dívidas, assim como determinadas disposições em acordos comerciais. Espera-se que a atualização da regulamentação do setor financeiro para que apoie diretamente a realização de metas de políticas públicas relacionadas à biodiversidade, também sirva para apoiar os esforços em relação a esses desafios estruturais mais amplos.

Tropical Primary Forest Loss, 2002-2023 (SOURCE: WORLD RESOURCES INSTITUTE)



O desmatamento e as violações de direitos continuam em todo o mundo

Toda a vida na terra depende das florestas. Desde o ciclo da água, passando pelo ar puro, até a estabilização das temperaturas globais, as florestas influenciam diretamente o bem-estar de todo o planeta. Além disso, as florestas tropicais são alguns dos ecossistemas mais biodiversos da terra, abrigando mais da metade das espécies de vertebrados do mundo. É fundamental para toda a vida na terra que as crises contínuas e interligadas, de mudanças climáticas, pobreza, perda de biodiversidade e violência contra comunidades relacionadas à extração de recursos, sejam interrompidas.

A taxa de perda global de florestas tropicais permaneceu perigosamente alta desde 2018, com 3,7 milhões de hectares eliminados somente em 2023, liberando cerca de 2,4 gigatoneladas de dióxido de carbono na atmosfera.⁴ Se as tendências atuais continuarem, uma área de floresta tropical do tamanho da Guiana será destruída nos próximos 5 anos, emitindo o equivalente a 2,5 vezes as emissões anuais de carbono dos EUA.

O agronegócio — incluindo a produção de carne bovina, palma, soja e celulose — e a exploração madeireira, são os principais impulsionadores do desmatamento tropical e são setores intimamente ligados ao assassinato de defensores do direito à terra. Quando a agricultura industrial invade florestas que são tradicionalmente manejadas por comunidades indígenas ou locais, geralmente ocorre uma cascata de danos. Os defensores da terra na linha de frente estão enfrentando cada vez mais intimidação, violência e assassinato. A ONG Global Witness informou que, em 2023, 196 defensores da terra foram assassinados por tentarem proteger seus territórios. Os defensores da terra indígenas são mortos de forma desproporcional, representando mais de um terço de todos os ataques letais documentados desde 2012.⁵

Em vez de abordar seu próprio papel prejudicial na perpetuação da crise da biodiversidade, o setor financeiro está promovendo iniciativas que são, em grande parte, egoístas e com falhas estruturais. Essas propostas incluem esforços para estabelecer mercados internacionais de créditos de biodiversidade, bem como confiar na autodeclaração corporativa no âmbito da Força-Tarefa para Divulgação Financeira Relacionada à Natureza (TNFD). Esses esquemas não contribuirão em nada para abordar as causas fundamentais do desmatamento e das violações de direitos. Além disso, desviam ainda mais a atenção da responsabilização do setor financeiro pelos danos financiados.

Missing Voices: 2106 Land and Environmental Defenders were Killed Between 2012 and 2023 (SOURCE: GLOBAL WITNESS)



As cinco principais regiões que precisam deter o financiamento que impulsiona o desmatamento

A Florestas & Finanças rastreia os fluxos financeiros e os investimentos para os 300 produtores e traders mais importantes de seis commodities com maior risco de desmatamento tropical (carne bovina, óleo de palma, papel e celulose, borracha, soja e madeira) nas três regiões de florestas tropicais. Essa metodologia usa ajustadores geográficos e setoriais para atribuir de forma mais exata os valores de cada transação de risco de desmatamento. Há pouca transparência no setor financeiro, o que significa que nossos números são inferiores aos valores reais. Com base em uma análise destes dados, identificamos as cinco regiões mais importantes para regulamentar o financiamento de commodities com risco de desmatamento, a fim de alinhar com as metas do GBF. São elas: Indonésia, Brasil, China, União Europeia e Estados Unidos. Para cada região, identificamos os tipos específicos de financiamento mais relevantes para os setores de commodities com risco de desmatamento.

Bancos ativos na Indonésia e no Brasil

Os bancos que operam na Indonésia e no Brasil respondem por 72% de todo o crédito destinado às seis commodities com risco de desmatamento, com um valor de 285 bilhões de dólares nos últimos oito anos. Os bancos brasileiros respondem por 48% e os bancos indonésios, por 10%. As subsidiárias de bancos estrangeiros no Brasil e na Indonésia respondem por 9% e 5%, respectivamente. Portanto, as regulamentações nesses dois países que podem afetar o crédito bancário são cruciais. Além disso, o total investido em produtos de investimento brasileiros vendidos a investidores privados que financiam o agronegócio, era de 187 bilhões de dólares em julho de 2024⁶, portanto, as regulamentações nessa área também são essenciais.

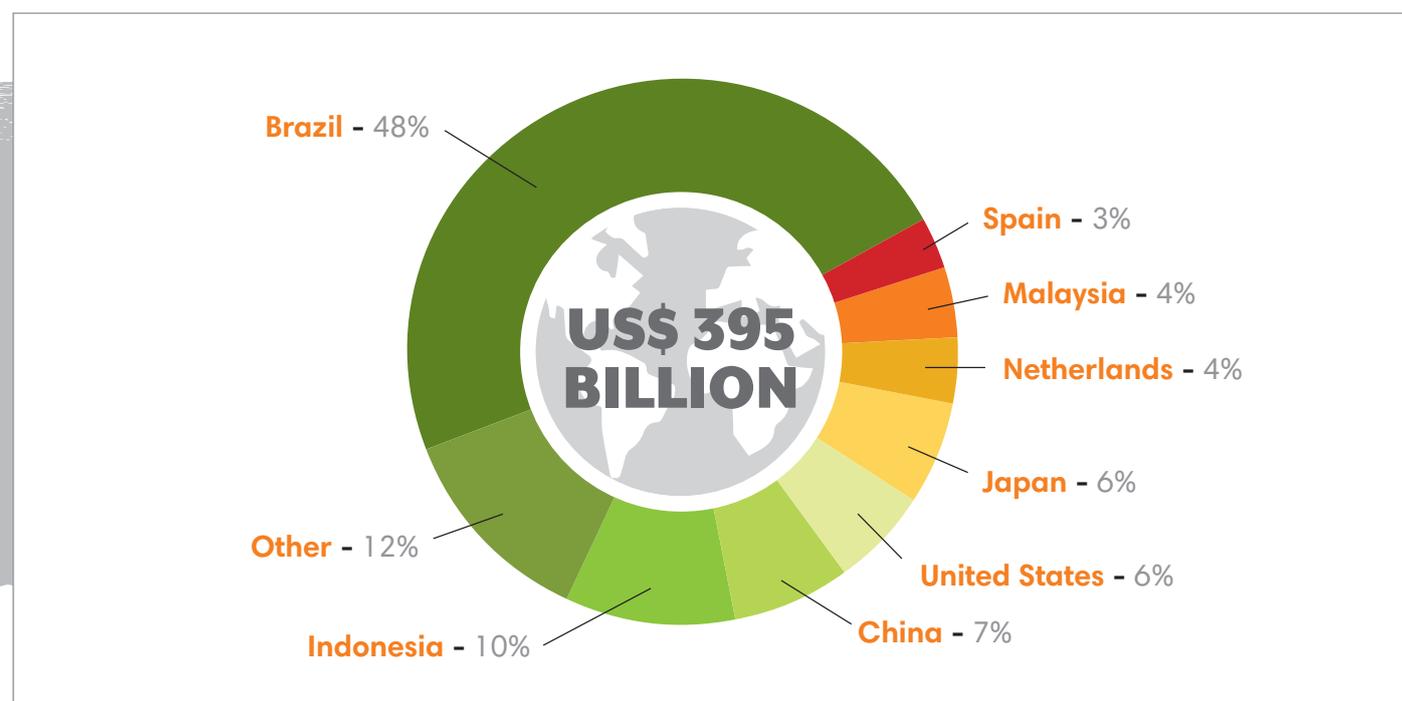
Emissões de títulos e ações na China

Além do crédito bancário, as seis commodities com risco de desmatamento também são financiadas pela venda de ações e títulos a investidores. Os bancos chineses desempenham um papel significativo na subscrição de emissões de ações e títulos por comerciantes e produtores chineses de commodities de risco de desmatamento, no valor de 18 bilhões de dólares nos últimos oito anos. Portanto, as regulamentações chinesas relacionadas às emissões de ações e títulos são importantes.

Investimentos geridos na UE e nos Estados Unidos

Em julho de 2024, os investidores detinham 41 bilhões de dólares em títulos e ações de empresas do setor de commodities com risco de desmatamento. Trinta e sete por cento (37%) estão nas mãos de investidores dos EUA e 8% nas mãos de investidores da União Europeia (UE). Em comparação com investidores de outras regiões, os investidores dos Estados Unidos e da UE tinham os portfólios mais diversificados de investimentos com risco de desmatamento. Dessa forma, as regulamentações que exigem que os investidores dos EUA e da UE influenciem suas empresas investidas podem ser significativas.

Crédito com risco de desmatamento por país financiador (2016-2024)



O papel da regulamentação financeira no GBF

Em dezembro de 2022, as partes da Convenção sobre Biodiversidade (CBD) adotaram o Quadro Global de Biodiversidade (GBF) de Kunming-Montreal, que estabelece um caminho ambicioso para alcançar a visão global de um mundo vivendo em harmonia com a natureza até 2050 (embora, os Estados Unidos ainda não tenham assinado o acordo). Dentre os principais elementos do GBF estão quatro objetivos para 2050 e 23 metas para 2030. Este relatório visa abordar especificamente o compromisso dos países com a meta 14 do GBF, que obriga os Estados a integrar totalmente a biodiversidade nas regulamentações do setor financeiro.

META 14: Integrar a biodiversidade no processo decisório em todos os níveis

Assegurar a plena integração da biodiversidade e de seus múltiplos valores às políticas, regulamentações, processos de planejamento e desenvolvimento, estratégias de erradicação da pobreza, avaliações ambientais estratégicas, avaliações de impacto ambiental e, conforme apropriado, contabilidade nacional, em todos os níveis de governo e em todos os setores, em especial aqueles com impactos significativos sobre a biodiversidade, alinhando progressivamente todas as atividades públicas e privadas relevantes e os fluxos fiscais e financeiros aos objetivos e metas do quadro.

Usando a Meta 14 como ponto de partida da pesquisa, elaboramos uma matriz de avaliação para testar se as regulamentações financeiras atuais atendem a uma seleção de metas essenciais do GBF. As metas selecionadas para essa avaliação foram: **Meta 1:** Planejar e manejar todas as áreas para reduzir a perda de biodiversidade; **Meta 10:** aumentar a biodiversidade e a sustentabilidade na agricultura, aquicultura, pesca e silvicultura; e **Meta 15:** As empresas avaliam, divulgam e reduzem os riscos e impactos negativos relacionados à biodiversidade.

Tipos de regulamentações financeiras avaliadas

Este relatório usa uma definição ampla de “regulamentações financeiras”, além do que normalmente é definido como regulamentação financeira. A nossa definição engloba todos os tipos de leis, regulamentações e diretrizes governamentais que têm impacto sobre como as instituições financeiras operam, especialmente quando se trata de financiamento e investimento em empresas na economia real.

Os seguintes tipos de regulamentações foram avaliados:

- » Gestão de riscos e estabilidade financeira
- » Funcionamento do mercado financeiro
- » Política monetária
- » Lavagem de dinheiro e crimes financeiros
- » Divulgação de informações corporativas
- » Estímulo a atividades sustentáveis
- » Proteção dos direitos humanos e/ou do meio ambiente

Principais conclusões

A tabela abaixo apresenta um resumo dos resultados da avaliação das regulações financeiras (disponíveis no relatório completo). Para cada região foram avaliadas as políticas e regulações relevantes que tratam de crédito e investimento, ligados a impactos prejudiciais à biodiversidade e aos direitos. De modo geral, os resultados foram extremamente preocupantes, indicando uma integração deficiente da biodiversidade na regulamentação e fiscalização do setor financeiro.

O relatório constatou que os Estados Unidos tiveram o pior desempenho, não tendo nenhuma consideração relevante sobre biodiversidade em suas regulações do setor financeiro. A Indonésia e a China também tiveram um desempenho ruim, embora ambas apresentem algumas referências à biodiversidade. O Brasil teve um desempenho um pouco melhor, com algumas restrições ao financiamento de empresas envolvidas na destruição da biodiversidade. A União Europeia obteve uma pontuação ligeiramente superior, adotando o princípio da dupla materialidade nos requisitos de divulgação para investidores. No entanto, a UE ainda isenta o setor financeiro de certas regulações relacionadas à biodiversidade, o que reflete uma proteção geral inadequada.

Quadro de avaliação de regulações: tabela de pontuação

Pontuação de cores	Avaliação
	As regulações financeiras não fazem referência ao objetivo do GBF
	As regulações financeiras fazem referência a um tópico relacionado à meta do GBF, mas apenas como uma recomendação
	As regulações financeiras exigem que as instituições financeiras tomem medidas relevantes em direção à meta do GBF
	As regulações financeiras exigem que as instituições financeiras alinhem todas as suas decisões de financiamento e investimento com a meta do GBF



PHOTO: Paul Hilton / RAN

Critérios de avaliação:	Meta 1 Avaliação:	Avaliação da Meta 10:	Meta 15 Avaliação:
(Conforme definido pelos autores para os fins deste estudo)	As regulamentações financeiras não permitem o financiamento nem o investimento em empresas envolvidas na conversão de áreas naturais.	As regulamentações financeiras exigem que as instituições financeiras estimulem uma transição justa nos setores de agricultura, aquicultura, pesca e silvicultura que apoie os direitos dos trabalhadores, camponeses, pescadores, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais.	As regulamentações financeiras exigem a transparência de todos os fluxos de financiamento e investimento e a divulgação completa da biodiversidade e dos impactos sociais desses fluxos.
Regulamentações indonésias para bancos	As regulamentações financeiras não limitam o financiamento nem o investimento na conversão de paisagens naturais de forma alguma.	As regulamentações financeiras e as taxonomias fornecem algumas diretrizes sobre questões sociais e ambientais, mas estas não abrangem todos os setores relevantes e não são obrigatórias.	As regulamentações financeiras exigem relatórios ESG pelos bancos, mas não exigem transparência sobre os fluxos financeiros e não têm obrigação de relatar os impactos sociais e de biodiversidade.
Regulamentações brasileiras para bancos e produtos de investimento	Existem restrições relacionadas à conversão de paisagens naturais para o crédito rural controlado pelo governo, mas não para empréstimos bancários normais nem para produtos de investimento (isentos de impostos) que beneficiem o setor agrícola.	As instituições financeiras são obrigadas a elaborar uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, mas não se espera explicitamente que trabalhem para uma transição justa nos setores relevantes.	As regulamentações financeiras exigem relatórios ESG pelos bancos, mas não exigem transparência sobre os fluxos financeiros (pelos bancos e produtos de investimento) e não têm obrigação de relatar os impactos sociais e de biodiversidade.
Regulamentações chinesas sobre ações e emissões de títulos	As regulamentações financeiras não limitam os emissores de títulos a serem ativos na conversão de paisagens naturais de forma alguma.	A emissão de títulos verdes, cujos recursos podem ser usados para uma transição justa de setores relevantes na própria China, é estimulada. Mas isso não cobre o investimento estrangeiro, nem os títulos corporativos normais.	As bolsas de valores emitiram orientações sobre a divulgação da biodiversidade e dos impactos sociais, mas espera-se que haja progresso em relação a requisitos mais rigorosos de divulgação. Por enquanto, eles dificilmente cobrem impactos no exterior, nem exigem transparência sobre onde os fundos são investidos (exceto para títulos verdes).
Regulamentações da UE para investidores	As regulamentações financeiras não proíbem o investimento na conversão de áreas naturais de forma alguma. O Regulamento sobre Desmatamento da UE (EUDR) ainda não abrange os financiadores e a divulgação relacionada à sustentabilidade no setor de serviços financeiros (SFDR) estabelece algumas expectativas a esse respeito, mas deixa a cargo dos administradores de fundos a forma de implementá-la.	As regulamentações financeiras incentivam as instituições financeiras a estimular uma transição justa nos setores relevantes por meio do quadro de Taxonomia da UE e da Regulamentação de Títulos Verdes relacionados. Mas esses regulamentos ficam aquém das metas específicas do setor e não cobrem critérios sociais.	Os fundos de investimento precisam ser transparentes sobre as empresas em que investem, mas não os fundos de pensão e outros investidores. As normas da UE e as Normas Europeias de Relatório de Sustentabilidade (ESRS) exigem a divulgação da biodiversidade e dos impactos sociais do investimento. No entanto, as ESRS ainda carecem de normas setoriais e nem todos os investidores estão dentro do escopo.
Regulamentações dos Estados Unidos para investidores	As regulamentações financeiras não proíbem o investimento em empresas envolvidas na conversão de paisagens naturais.	As regulamentações financeiras não esperam que as instituições financeiras estimulem uma transição justa nos setores relevantes.	As regulamentações financeiras exigem que os investidores sejam transparentes sobre as empresas em que investem. Os investidores não são obrigados a informar sobre a biodiversidade e os impactos sociais de seus investimentos.

Recomendações de políticas orientadas para resultados

Uma reforma significativa do setor financeiro é fundamental para alcançar os objetivos do Quadro Global de Biodiversidade. Os governos devem atualizar suas Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (NBSAPs) e incluir o fortalecimento das regulamentações do setor financeiro. Devem deixar claro que a proteção da biodiversidade faz parte do mandato de bancos centrais, reguladores financeiros e supervisores e que estes devem adotar critérios de biodiversidade e direitos humanos. Com base na pesquisa e na avaliação apresentadas, o relatório fornece recomendações específicas para cada uma das jurisdições avaliadas, além de fornecer um conjunto compilado de recomendações relevantes para todos os países. Essas recomendações estão resumidas aqui abaixo (a versão detalhada está disponível no relatório completo):

Gestão de riscos e estabilidade financeira: As instituições financeiras devem ser obrigadas a integrar os riscos e impactos da biodiversidade e dos direitos humanos em seus processos de gestão de riscos no nível do grupo corporativo de seus clientes. Eles devem desenvolver planos de transição com metas específicas e responsabilizar os membros da diretoria pelo gerenciamento de riscos. Os reguladores devem exigir maiores reservas de capital para atividades de alto risco. Os testes de estresse em todo o sistema também devem incluir considerações sobre biodiversidade.

Funcionamento do mercado financeiro: as regulamentações devem exigir a divulgação regular das carteiras de investimentos e empréstimos, incluindo a exposição aos riscos e impactos da biodiversidade, com a exigência de provas verificáveis para reivindicações relacionadas à biodiversidade. Os produtos financeiros devem ser rotulados com base em sua sustentabilidade, e os fundos de investimento com impactos prejudiciais à biodiversidade devem ser eliminados gradualmente.

Política monetária: os bancos centrais devem priorizar títulos de emissores que façam contribuições positivas concretas e verificáveis para a biodiversidade e os direitos humanos em quaisquer programas de flexibilização quantitativa e estruturas de garantia. Devem avaliar e abordar a contribuição de suas próprias carteiras de investimento para os impactos sobre a biodiversidade e os direitos. Também devem oferecer taxas de juros reduzidas para instituições financeiras que investem em atividades genuinamente sustentáveis e socialmente justas.

Lavagem de dinheiro e crimes financeiros: os riscos à biodiversidade devem ser incorporados aos processos de auditoria (due diligence) e de "Conheça seu cliente". Proibir o financiamento de empresas se elas e seus fornecedores não forem capazes de fornecer todas as licenças necessárias nas áreas em que operam. As instituições financeiras devem ser responsabilizadas por crimes ligados aos grupos corporativos que financiam, inclusive aqueles que afetam a biodiversidade e os direitos humanos, e devem ser responsáveis pela reparação.

Divulgação corporativa: Exigir que médias e grandes corporações publiquem relatórios públicos anuais sobre os riscos e impactos da biodiversidade e dos direitos, para todas as empresas sob o seu controle. Isso deve incluir dados detalhados e verificáveis sobre a biodiversidade e os impactos sobre os direitos, dados de geolocalização das atividades da empresa. Todas as empresas devem ser obrigadas a publicar declarações anuais de lucros e perdas, fornecer detalhes sobre suas fontes de financiamento e sobre (a legalidade de) seus ativos.

Estimular atividades sustentáveis: expandir as taxonomias para incluir critérios de biodiversidade, sociais e de direitos humanos e incluir categorias para setores inerentemente prejudiciais. As instituições financeiras devem ser obrigadas a alinhar seus portfólios de acordo com as taxonomias. Criar critérios robustos, transparentes e verificáveis para títulos e empréstimos verdes que priorizem o uso sustentável da terra e a restauração, liderados pelas comunidades.

Direitos humanos e proteção ambiental: desenvolver obrigações de devida diligência para o setor financeiro a fim de evitar o financiamento de desmatamento embutido, degradação florestal e violações de direitos. Estabelecer mecanismos independentes de reclamação e responsabilização para que as comunidades afetadas e terceiros possam apresentar reclamações contra instituições financeiras.

Recomendações gerais: desenvolver conhecimentos internos dentro dos órgãos reguladores financeiros sobre biodiversidade e direitos e estabelecer plataformas inclusivas de partes interessadas para consultar os povos indígenas, a sociedade civil e outros especialistas. As regulamentações financeiras focadas em resultados que se alinham com o GBF e afastam a economia de atividades prejudiciais devem ser apoiadas por um regime de sanções sólido. Deve incluir penalidades rigorosas por não conformidade e obrigações obrigatórias para financiar esforços de mitigação e remediação para as comunidades e os ecossistemas afetados.

Endnotes

- ¹ UNEP, 2023, State of finance for nature, <https://www.unep.org/resources/state-finance-nature-2023>
- ² Forests & Finance, 2024, Banking on Biodiversity Collapse: Tracking the banks and investors driving tropical forest destruction 2024, <https://forestsandfinance.org/BoBC-2024>.
- ³ Dempsey et al. 2024, Exporting Extinction: how the international financial system constraints biodiverse futures
- ⁴ <https://research.wri.org/gfr/latest-analysis-deforestation-trends>
- ⁵ <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/missing-voices/>
- ⁶ <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/boletim-de-financas-privadas-do-agro/boletim-de-financas-privadas-do-agro-jul.2024/@@download/file>